

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.392, DE 2003

Institui o Dia do Plano Nacional de Educação.

Autora: Deputada PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA

Relator: Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

I - RELATÓRIO

A proposição em foco, de iniciativa da nobre Deputada Professora Raquel Teixeira, pretende instituir um “Dia do Plano Nacional de Educação”, a ser comemorado em 12 de dezembro de cada ano.

Na justificação apresentada, após discorrer brevemente sobre o histórico da aprovação da Lei nº 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, aduz a ilustre autora que o objetivo do projeto seria assegurar que os poderes públicos façam o acompanhamento da execução do Plano Nacional de Educação, nos moldes determinados pelo art. 3º da Lei mencionada, de forma contínua, sistemática e programada. A aprovação do projeto teria o intuito, também, de lembrar ao Congresso Nacional e à sociedade o dever e a necessidade de cobrar das autoridades o cumprimento das metas constantes do PNE e incentivar a elaboração e a implementação dos planos estaduais e municipais.

Distribuído para exame de mérito à Comissão de Educação e Cultura, o projeto recebeu, naquele órgão técnico, parecer favorável à aprovação.

Nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aberto o prazo regimental, não foram recebidas emendas.

Tendo sido designado inicialmente como Relator da matéria o então Deputado Vilmar Rocha, o parecer por ele apresentado não chegou a ser apreciado no âmbito desta Comissão. Indicado agora para sucedê-lo na tarefa, prestígio o trabalho elaborado anteriormente e rendo minhas homenagens ao ilustre subscritor adotando, na íntegra, o voto proferido naquela ocasião.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete o exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação do projeto de lei em foco, nos termos do art. 54 do Regimento Interno.

A proposição atende aos requisitos formais de constitucionalidade, cuidando de matéria inserida na competência legislativa da União e pertinente às atribuições normativas do Congresso Nacional, de acordo com o disposto nos artigos 24, IX, e 48, *caput*, da Constituição Federal. A iniciativa parlamentar sobre o tema revela-se legítima, não estando reservada a nenhum outro Poder.

Do ponto de vista material, também não se observa nenhuma incompatibilidade entre o conteúdo do projeto e as normas e princípios que informam o texto constitucional em vigor.

Quanto aos aspectos de juridicidade e técnica legislativa, temos uma ponderação a fazer. A Lei Complementar nº 95/98 , que dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração das leis, determina, em seu art. 7º, inciso IV, que “o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quanto a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa”. Torna-se necessário, portanto, adaptar o texto do projeto a essa disposição, alterando a lei que já trata do tema “Plano Nacional de Educação” para nela fazer inserir novo artigo contemplando o conteúdo do projeto em análise. É o que propomos no substitutivo em anexo.

Tudo isso posto, concluímos nosso voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e redação do Projeto de Lei nº 1392, de 2003, na forma do substitutivo ora apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Relator

ArquivoTempV.doc

851037B940 *851037B940*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO DE TÉCNICA LEGISLATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 1.392, DE 2003

Institui o Dia do Plano Nacional de Educação, acrescentando artigo à Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado o seguinte art. 6º-A à Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001:

“Art. 6º-A. É instituído o ‘Dia do Plano Nacional de Educação’, a ser comemorado, anualmente, em 12 de dezembro.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA

851037B940 *851037B940*

Relator

ArquivoTempV.doc

851037B940 *851037B940*